----------ATA nº04/2019----------

--------Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos: -------

----1-Ponto prévio antes da ordem do dia; ----------

----2-Apreciação, discussão e eventual aprovação das transferências de Competências do Estado para as Autarquias Locais;

----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais; ----------

----4-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; ----------

----5-Outros assuntos de interesse para o Município; ----------

----6-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-

----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros, Maria José Sobreira Mendonça e Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias tendo estes justificado a sua ausência. O membro Luis Coutinho solicitou a sua substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, tendo assim estado presente o membro José Paulo dos Reis Dias. A Juntas de Freguesia de Fratel e Sarnadas de Ródão foram representadas pelos seus Secretários, Célia Maria Sequeira Ribeiro e Vítor Hugo Fontelas Oliveira, respetivamente. ----------

----Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, onde, entre outros, consta o ofício da Junta de Freguesia de Perais, justificando a falta do seu Presidente à sessão realizada em 25/04/2019, ficando disponível para eventual

consulta.----------

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a ata da sessão realizada em 25/04/2019, previamente remetida a todos os membros e da qual, conforme deliberado na sessão de 22/12/2017, foi dispensada a leitura.----------

---- Não havendo intervenções, foi a mesma colocada a votação e aprovada por maioria, com quatro abstenções dos membros, Luis Manuel Calheiros da Cunha Andrade, Carlos Alberto da Silva Gonçalves, Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto e Joaquim Pereira Vaz, Presidente da Junta de Freguesia de Perais, por não terem estado presentes nessa sessão.----------

----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:----------

---- Após proposta do membro Vitor Marques, que lembrou mais um aniversário da tragédia de Pedrógão Grande e com a concordância de todos os presentes, foi feito um minuto de silêncio em honra e memória das vítimas desta tragédia.----------

---- O membro Ricardo Morgado, em nome da bancada do Partido Socialista, solicitou a entrada na Mesa de uma Moção com o título *"Vila Velha de Ródão tem de facto uma localização estratégica, continuemos a aproveitá-la!"*, que após votação por unanimidade, entrou a mesma neste ponto e foi lida por este membro e que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se anexa junto á presente ata.-----

---- O membro Carlos Gonçalves referiu que era recorrente, que em quase todas as sessões deste Órgão, fosse apresentado pela bancada do Partido Socialista um documento de elogio a si própria, mas aquilo que as pessoas quereriam era que apontassem soluções para os problemas que existem, a vários níveis, sabendo-se que um deles era o da poluição que no fundo estava ligado e associado áquilo que era a sustentabilidade económica do concelho e apesar da fixação de

algumas pessoas, este estava extremamente desertificado e era com isto que teriam que se preocupar. Apesar de compreender e compartilhar algumas coisas que foram ditas nesta Moção, na realidade havia emprego mas as pessoas não residiam cá e esse é que era o grande problema e era nisso que nos teríamos que focar. Não pondo em causa o trabalho que estava a ser feito, o auto elogio feito repetidamente pela bancada do Partido Socialista, que suporta o Executivo, não favorecia o debate e a discussão, nem apontava para a resolução de eventuais problemas e era por essa razão que a bancada da Coligação "Novo Rumo" se iria abster, por não concordarem com muitas das coisas que foram ditas e já era tempo de refletirem e não se auto elogiarem permanentemente, parecendo-lhe exagerado e demostrativo de uma enorme fragilidade. ----------

----O membro Ricardo Morgado disse que a intervenção que o membro Carlos Gonçalves fizera fora, talvez, por distração pelo que estava descrito no texto ou por ter faltado às últimas sessões, porque na realidade por parte da bancada da Coligação "Novo Rumo", a nível de propostas e debate, até ao momento, também não vira nada, mas estavam disponíveis para o diálogo e para a discussão. ----------

----O membro Carlos Gonçalves disse que as palavras do membro Ricardo Morgado eram demostrativas de mais um sinal de fragilidade, recorrendo inclusive ao ataque pessoal e que na próxima vez deveria era pedir ajuda para redigir o texto e possibilitar assim a participação de todos e adequa-lo à realidade e àquilo que o concelho precisava. Mais disse que a bancada do Partido Socialista tinha uma maioria clara e evidente, mas seria bom que esta não lhes desse essa arrogância. Continuou dizendo que nunca estava distraído e estava sempre atento e não queria ser um fator de problemas mas sim de soluções, porque este concelho era de todos nós mas cada vez

era de menos pessoas.----------

---- O membro Luis Andrade disse que o membro Ricardo Morgado fez uma retrospetiva daquilo que de bem se tem passado e desenvolvido no concelho. O membro Carlos Gonçalves, que disse que se iria abster, não apresenta alternativa nem solução nenhuma e era isso que gostaria de ouvir da parte deste. Diz que nos estávamos a vangloriar daquilo que fizera-mos, mas também não diz como é que pode trazer para cá mais pessoas, mais turismo ou mais emprego, ou seja, até hoje não apresentou nenhuma solução.----------

---- O membro Júlia Ceia apelou, uma vez mais, ao bom senso na proteção e respeito pelas pessoas.----------

---- O membro Carlos Gonçalves disse que ao abster-se partia do princípio que havia um conjunto de matérias nesta Moção com as quais concordava, mas numa anterior sessão deste Órgão tinha dito que o paradigma da gestão deste Município teria que ser alterado. Teria que se ter capacidade para que Vila Velha de Ródão não estivesse associada à poluição e também já aqui tinha dito que o sucesso deste concelho não passava só pela industria e muito particularmente, por esta industria, sendo fundamental investir noutros territórios, tendo na altura citado a freguesia de Sarnadas de Ródão, que não era vitima de poluição e da importância da mesma se encontrar junto de um grande centro urbano e não tem tido o investimento suficiente que permitisse aproveitar essa vantagem geográfica. Achava interessante que vangloriando-se daquilo que fizeram, estando no exercício pleno de funções, tendo uma maioria clara nos dois Órgãos Autárquicos, aparentemente, pelas palavras do membro Luis Andrade, mais uma vez a demostrar fragilidade, ainda teria que ser a bancada da Coligação "Novo Rumo" a encontrar soluções, quando por parte daquela bancada nunca lhes

apresentavam nada atempadamente para poderem trabalhar e colaborar. Assim e mais uma vez, era claro que o auto elogio os incomodava a eles próprios e fazê-lo permanentemente só significava fragilidade. Se queriam seguir esse caminho, tudo bem, tinham esse direito, mas deveriam pensar que havia outras pessoas que entendiam que este concelho tinha que perder a ligação clara à poluição e ao problema ecológico e que hoje isso se traduzia em votação. Era evidente que havia algumas dificuldades, não era fácil resolver o problema, reconhecendo que houvera alguns avanços e era nesse aspeto que deveriam colaborar, desafiando a bancada Socialista para que juntos trabalhassem no sentido de fazer algo e não apontar só o que de bem se tem feito, mas também reconhecer os erros inerentes ao trabalho desenvolvido. ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal, dirigindo-se ao membro Carlos Gonçalves, disse que não era verdade que Vila Velha de Ródão estivesse de costas voltadas para o ambiente. Mais disse que em relação ao vangloriar, que atrás referira, recomendou que consultasse as Atas e em particular, a partir do ano de 1997 e os oito anos seguintes em que o Partido Socialista se encontrava na oposição e verificasse perante estas o que era subserviência e não haver uma única critica e nunca ninguém da bancada Socialista teve uma intervenção deste género ou disse que eram frágeis ou que se estavam a vangloriar, as únicas intervenções que tinham era no sentido de concordar ou discordar com o que era apresentado e em muitas ocasiões até votaram a favor. Nesta Assembleia e já neste mandato houve muitas intervenções criticas sobre os problemas que existem no concelho e que foram colocados diretamente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, neste Órgão. ----------

----O membro Carlos Gonçalves disse que o Presidente da Assembleia

Municipal teria que perceber que estava neste Órgão para moderar o debate e quando se substituía à sua própria bancada, neste mesmo debate, estava a desvalorizá-la e a fragiliza-la e esta é que era a grande questão. Mais disse que apenas tinha feito um comentário à Moção apresentada e que inclusive, tinha dito logo no início da sua intervenção que se iria abster e que até concordava com várias partes do texto, como tal, não houve da sua parte ou desta bancada, qualquer forma de crítica, mas apenas dissera que entendia que repetidamente vinham com o auto elogio e isso era demostrativo de algo que era a tal fragilidade politica. Referindo-se ao que fora dito pelo Presidente deste Órgão sobre as atas e em particular ás do ano de 1997, disse que se nessa altura era assim também estava mal, mas estávamos numa sessão de junho de 2019, no exercício de um mandato com cerca de ano e meio e era nisto que se tinha que falar. Continuou dizendo que viera para esta Assembleia Municipal porque houve pessoas que entenderam que poderia ser útil, mas também tinha consciência que havia aqui pessoas que sabiam mais sobre os problemas de Vila Velha de Ródão do que ele e isso era porque se interessavam e preocupavam e esta bancada tem permitido a algumas, em regime de substituição dos membros eleitos, de aqui intervirem. Pensa que a bancada Socialista terá um líder, como tal e dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, disse para que este não se quisesse substituir a eles.----------

---- O membro Fernando Roma disse que já estava nesta Assembleia Municipal há muitos anos e nunca vira um debate tão acalorado, mas esta bancada nunca poderia ter um discurso derrotista conhecendo a realidade desta Câmara em 1997 e agora, como tal, pedia mais moderação nas intervenções porque estava aqui para discutir assuntos mais importantes para o concelho.----------

----O membro Carlos Gonçalves disse que o Membro Fernando Roma tinha tido a tal intervenção da bancada que atrás tinha referido e se o debate esteve mais acalorado, foi porque o Presidente deste Órgão se quis substituir a este membro. Referiu também que isto era um órgão político, mas quando via o trabalho da bancada Socialista, parecia-lhe mais algo de administrativo e como tal isso não permitia mudar as coisas, porque eram preciso reformas profundas. Mais disse que o debate chegou a este ponto porque quando disse que se abstinha, o membro Ricardo Morgado, disse-lhe logo que estava distraído e que não tinha estado presente, sem sequer tentar saber as razões das suas ausências e seria mais útil ter dito que da próxima vez pediria um contributo para a apresentação de uma Moção, mas não, foi logo com a adjetivação e essa, puramente politica, que não interessava a ninguém. ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal, respondendo ao membro Carlos Gonçalves, disse que este não o iria restringir daquilo que entendia que era o seu direito cívico. Mais disse que este membro poderia ser deputado da República, podia ser uma sumidade em termos de curriculum, mas nesta Assembleia era apenas mais um a trabalhar em prol de Vila Velha de Ródão. ----------

----O membro Carlos Gonçalves disse que esta última intervenção do Presidente deste Órgão era claramente demostrativa daquilo que tinha dito, pois estava permanentemente a ultrapassar as suas funções e não era capaz de manter uma intervenção educada e clara face aos outros. ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que, assim sendo, era igual a este membro, pois ninguém nesta sala interrompia as intervenções dos outros membros como ele e vinha para aqui fazer politiquice, dizendo que gostaria de o ver na Assembleia da

Republica a defender o concelho de Vila Velha de Ródão e na bancada deste membro o único que vira defender este concelho tinha sido o deputado Manuel Frexes e não este membro.----------

---- O membro Carlos Gonçalves respondeu que o Presidente da Assembleia Municipal, de intervenção em intervenção, continuava a desrespeitá-lo, dizendo que era deputado da Assembleia da República com muita honra e o seu trabalho era reconhecido. Em relação a este concelho, não só assinou várias perguntas a este Governo, como também fizera várias intervenções em Comissões que não eram as dele. Acrescentou que em relação ao problema da poluição, vários deputados do seu grupo parlamentar intervieram em algumas reuniões internas, referindo-se em particular à reunião onde esteve presente e em que também esteve o Presidente deste executivo, na qual a Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, que é do mesmo partido do Presidente desta Câmara Municipal, foi extremamente deselegante com o este e quando terminou a sua intervenção ausentou-se da sala, tendo este membro na altura feito um reparo ao Presidente da Comissão de que não era admissível esta atitude.----------

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que também se tinha referido neste Órgão a essa autarca e à postura que teve, tendo inclusive dito que era fantástico que Vila Velha de Ródão estivesse no centro do furação na mesma altura em que a ETAR de Abrantes estava sob a mira do ambiente. Mais disse que tinha manifestado, também neste Órgão, através de uma Moção, a sua indignação pelo comportamento da bancada do Partido Socialista e em particular da Srª Presidente da Câmara de Abrantes, pelo comportamento que teve para com o Presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão.----------

---- Após as intervenções foi esta Moção colocada a votação tendo sido aprovada por maioria, com 14 (catorze) votos a favor da

Bancada do Partido Socialista e 4 (quatro) abstenções da Bancada da Coligação "Novo Rumo". ----------

----O membro Carlos Gonçalves informou a Mesa que iria prescindir do pagamento da senha de presença nesta sessão. ----------

----2-Apreciação, discussão e eventual aprovação das transferências de Competências do Estado para as Autarquias Locais;

----O membro Fernando Roma manifestou a sua preocupação em relação à transferência no domínio da saúde após o ano de 2020 e como tal gostaria de ser esclarecido quanto às consequências e dificuldades que a Autarquia irá ter após essa data. ----------

----O membro Paulo Roberto questionou o que é que entretanto mudara para que algumas das transferências de competências que não foram aceites numa votação realizada há alguns meses, seja hoje proposto a sua aceitação. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que este era um processo complexo e que o que há quatro meses foi deliberado fora a transferência de competências para o ano de 2019 e que hoje o que estava a ser proposto eram as transferências para o ano de 2020 e outras que entretanto por iniciativa legislativa foram agora propostas. Entretanto o Executivo entendeu propor a aceitação de um conjunto de competências que não tem uma implicação para a Autarquia que levasse a não aceitá-las, mas havia outras que devido a um conjunto de implicações financeiras e de recursos humanos exigiam outra reflexão e mais esclarecimentos por parte do Governo, relativamente áquilo que serão as despesas que os municípios iriam assumir e a forma de compensação das mesmas. Assim, aquelas que hoje se propunham aceitar eram um conjunto de transferências que para a Autarquia não tinha grande implicação a nível de recursos humanos e possibilitaria dar resposta aos

munícipes. Em relação a outras competências, propunha-se manter a decisão tomada anteriormente de não assumi-las até os respetivos processos estarem mais clarificados. No que dizia respeito às transferências no âmbito da saúde, educação e infraestruturas rodoviárias, estes eram aqueles que ofereciam mais reticências, porque naquilo que era a componente financeira poderão ser as mais elevadas para o Município carecendo assim de um esclarecimento e uma análise mais cuidada.----------

---- O membro Paulo Roberto referiu que já anteriormente um dos fatores salientados fora a questão financeira e pelo que se apercebera, agora era proposto a aprovação de algumas transferências mas o respetivo envelope financeiro ainda não era conhecido.----------

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que já tinha conhecimento de alguns valores mas não houve ainda oportunidade de analisá-los convenientemente e verificar se correspondiam áquilo que iriam ser as despesas a assumir pelo Município, no entanto ainda não estava em condições para se pronunciar sobre o assunto-

---- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, atendendo a que:----------

---- 1-nas sessões deste Órgão realizadas em 28/01/2019 e 22/02/2019, foi deliberado não aceitar, para o ano de 2019, a transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, nos domínios:----------

---- a) da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo - D.L. 98/2018;--------

---- b) da Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado - D.L. 97/2018;---

---- c) No domínio da justiça - D.L. 101/2018;----------

----d) No apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários - D.L. 103/2018; ----------

----e) No domínio da habitação - D.L. 105/2018; ----------

----f) No domínio da instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes - D.L. 104/2018; ----------

----g) No domínio das vias de comunicação - D.L. 100/2018; -------

----h) No domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização - D.L. 106/2018; ----------

----i) No domínio do estacionamento público - D.L. 107/2018. -----

----j) No domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos - DL 20/2019; ----------

----k) transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - D.L. 21/2019; ----------

----l) transferência de competências para os municípios no domínio da cultura - DL 22/2019; ----------

----m) transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - DL 23/2019; ----------

----2- Entretanto foram publicados: ----------

----a) o D.L. 58/2019 de 30 de abril que prevê a transferência de competências para os órgãos municipais ao abrigo do n.° 3 do artigo 21.° da Lei n.° 50/2018, de 16 de agosto no domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores; --

----b) o D.L. 72/2019 de 28/05/2019, que prevê a transferência de competência para os órgãos municipais, ao abrigo do artigo 18.° da

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nos seguintes domínios:---------

---- b.1)- Gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários;----------

---- b.2)- Gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.----------

---- 3- Atendendo a que se mantêm grande parte dos pressupostos que levaram às deliberações de não aceitação das transferências de competências referidas, no n.º 1 supra, a Assembleia Municipal, no seguimento do proposto pela deliberação da Câmara Municipal na reunião de 31/05/2019, deliberou, por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções, dos membros Carlos Alberto da Silva Gonçalves, Júlia Cristina Marchão Ceia, Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto e José Paulo dos Reis Dias:----------

---- 3.1- manter a deliberação de não aceitação das transferências de competências referidas nas alíneas g), i), j), k) e m) do ponto 1 atrás referido, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei 50/2018 de 16/08/2018;----------

---- 3.2- aceitar, em 2020, a transferência das competências referidas nas alíneas a), b), c), d), e), f), h), e l) do ponto 1 atrás referido;----------

---- 3.3- quanto à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde - DL 23/2019, manter a não aceitação das transferências de competências quer para 2019 quer em 2020, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei 50/2018 de 16/08/2018; ----------

----4- Atendendo a que os pressupostos citados são igualmente válidos no que concerne às transferências de competências referidas no D.L. 58/2019 e no D.L. 72/2019, não tendo o município possibilidade de aceitar, a curto prazo, e sem que se mostrem claramente definidas as condições financeiras que acompanharão a transferência, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções, dos membros Carlos Alberto da Silva Gonçalves, Júlia Cristina Marchão Ceia, Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto e José Paulo dos Reis Dias, ao abrigo do disposto artigo 12.º n.º 2 do D.L. 58/2019 e no artigo 15.º n.º 2 do D.L. 72/2019, não aceitar as transferências de competências referidas naqueles diplomas no ano de 2019, bem como, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei 50/2018 de 16/08/2018 não as aceitar no ano de 2020. ----------

----Esta decisão deverá ser comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais, até 30/06/2019. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais; ----------

----O membro Fernando Roma disse ter verificado que esta Revisão era ao Orçamento de Despesa com referência a dois projetos de investimento, solicitando mais esclarecimentos. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que esta Revisão abrangia o projeto da 2ª fase da requalificação da Praia Fluvial da Foz do Cobrão, dando em seguida mais informações sobre o que é que o executivo se propunha fazer. Mais informou que outro dos fatores que levaram a efetuar esta Revisão era o facto de no seguimento de diversas negociações no âmbito dos quadros comunitários, o Executivo ter conseguido um aumento significativo do valor desse

apoio, que iria permitir avançar com as obras de ampliação do edifício onde se situa o CIARTE, na zona histórica da Vila e a requalificação do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, complementando com mais informação sobre estes investimentos.-----

---- O membro Paulo Roberto sugeriu que aquando da apresentação das propostas de Revisão, estas fossem acompanhadas com uma explicação mais objetiva da mesma.----------

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que aquilo que acabara de fazer foi detalhar e complementar mais essa informação, porque esta estava no documento que fora enviado aos membros deste Órgão.----------

---- Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções, dos membros Carlos Alberto da Silva Gonçalves, Júlia Cristina Marchão Ceia, Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto e José Paulo dos Reis Dias, em conformidade com a alínea a) do n°1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, a 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, no valor de 225.000,00€ (duzentos e vinte cinco mil euros) e a 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 225.000,00€ (duzentos e vinte cinco mil euros).----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- ***4-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.°2 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de setembro;***----------

---- Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no n°1, a situação financeira, reportada à data de 17 (dezassete) de junho, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 1.812.323,64€ (um milhão, oitocentos e doze mil, trezentos e vinte e três euros e sessenta e quatro

cêntimos), dos pagamentos efetuados de 2.622.037,51€ (dois milhões, seiscentos e vinte e dois mil, trinta e sete euros, e cinquenta e um cêntimos) e do saldo reportado a 07/06/2019 de 3.682.827,88€ (três milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e sete euros e oitenta e oito cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 299.013,25€ (duzentos e noventa e nove mil, treze euros e vinte e cinco cêntimos) e no n°2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais. --

----O membro Fernando Roma começou por solicitar um ponto de situação sobre o assunto CENTROLIVA, o porquê do prolongamento do prazo de inicio das obras no Complexo Turístico e qual a atual situação das obras na Quinta da Torre. ----------

----O membro Carlos Gonçalves reiterou a pergunta sobre em que ponto estava o processo que a Autarquia estava a preparar em relação à CENTROLIVA. No seguimento das declarações do novo presidente da administração dos CTT, que disse que iriam travar os encerramentos das estações de correios e que iriam iniciar um projeto de reabertura de algumas já encerradas, questionou se o Sr. Presidente da Câmara já tinha mais alguma informação ou se já tinha efetuado alguma diligência junto dos CTT para a reabertura da estação situada nesta Vila. Terminou, questionando se havia algum desenvolvimento quanto à colocação de mais caixas multibanco no concelho, nomeadamente nas freguesias. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão da CENTROLIVA dizendo que estava longe dos resultados que esperava relativamente àquilo que era a atuação das entidades

oficiais, muitas vezes decorrente do enquadramento legislativo, mas era um facto que a população de Vila Velha de Ródão continuava a ser martirizada com o funcionamento desta empresa. Deu também conhecimento das reuniões realizadas com o Sr. Secretário de Estado da Energia e com o Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, onde uma vez mais teve a oportunidade de transmitir as nossas preocupações e onde entretanto fora confrontado com mais informação complementar. Para além disso tem estado em articulação com a CCDRC à qual foi pedido esclarecimentos sobre algumas questões e a trabalhar com os advogados na preparação da ação judicial com vista ao encerramento da CENTROLIVA. Entretanto e como a CCDRC já respondera às questões que lhe foram colocadas já tinham o processo ultimado para junto do Ministério Público pedir auxilio para apresentação desta ação. O Executivo entedia que esta era uma via mais segura para o Município porque sendo a Câmara Municipal a apresentar a ação poderia estar sujeita a eventuais pedidos de indeminização por parte da empresa e sendo o Ministério Público a avançar com a mesma a posição do Município ficava mais salvaguardada. Mais disse que este era um processo complexo mas muito em breve o mesmo será entregue ao Ministério Público para dar seguimento ao mesmo. Entretanto o Executivo continuava a trabalhar com a CCDRC e com a Secretaria de Estado do Ambiente no sentido de, pela via administrativa, utilizar todos os meios possíveis para repor a legalidade no funcionamento da empresa ou o seu encerramento definitivo se esta não respeitar as normas legais e principalmente a qualidade de vida da população desta Vila.-------
---- Relativamente ao Complexo Turístico, disse que o projeto já estava em apreciação no Município e que entretanto o atual proprietário solicitou um prolongamento do prazo, que foi analisado

pelos serviços jurídicos da Câmara Municipal verificando-se que mesmo com o prolongamento por mais nove meses não existia uma subversão dos critérios que levaram, em hasta pública, a atribuição do imóvel a este investidor, querendo-se privilegiar o investimento privado e sendo este um projeto de qualidade, foi decidido pelo Executivo autorizar a sua prorrogação por mais nove meses. --------

----Em relação ao investimento da Quinta da Torre disse que as obras estavam a decorrer a um ritmo diferente ao que era suposto e calendarizado e apesar dos vários contactos com o empreiteiro comunicando-lhe a necessidade e a importância das casas estarem concluídas no prazo agendado, este, até agora, não implementou na obra o ritmo devido continuando atrasado com os prazos previstos e aprovados e apesar de ter feito um pedido de nova calendarização, já aprovada pelo Executivo, passados três semanas, esta também começou a entrar em incumprimento. Assim, na última reunião do Executivo, foi aprovada uma penalização pelo incumprimento dos prazos, uma medida financeira penalizante e com alguma expressão em termos de montante diário para o empreiteiro. Se este conseguir cumprir os prazos, esta penalização será revertida, se no dia trinta e um de dezembro de 2019, final do prazo, esta não for cumprida, será efetivada. Obviamente que esta não era a situação que agrade ao Município, mas foi um sinal que o Executivo quis dar para que os prazos acordados eram para cumprir, porque o não cumprimento destes poderiam ser penalizantes para a Autarquia, com consequências, não só, ao nível das necessidades da Autarquia, mas também do cumprimento dos Orçamentos Municipais e no encaixe dos fundos comunitários. ----------

----No que dizia respeito aos CTT, disse que já contactara com a atual administração que garantiu que o projeto anunciado era para

concretizar e assim que possível este concelho terá esta situação resolvida. Aproveitou para deixar uma palavra de agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão pela prontidão na resposta, possibilitando assim, de alguma forma, dar continuidade ao serviço postal.----------

---- Quanto à situação das caixas multibanco disse que apesar de estar em negociação com os bancos tem havido alguma dificuldade em atrair algumas instituições bancárias para o fazer, esperava no entanto ter um dos problemas resolvidos e em função desta primeira experiência, consegui-la estender às outras freguesias.----------

---- O membro José Paulo Dias questionou que, no seguimento dos incêndios dos últimos anos, quais as medidas que a Autarquia estava a tomar para uma maior prevenção dos mesmos.----------

---- O membro Ricardo Morgado destacou a realização no nosso concelho de uma atividade de gira vólei, lançando um desafio ao Executivo para voltar a realizar nesta Vila uma prova a nível nacional na área da canoagem.----------

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à questão dos incêndios, dizendo que o Município, desde o ano passado, que tem vindo a desenvolver um conjunto de ações com incidência na limpeza das propriedades camarárias tendo em vista o efeito pedagógico para que os particulares sigam o exemplo. Também se tem estado a fazer a limpeza das bermas dos caminhos, sendo que, este ano, tem-se intensificado mais este trabalho na desmatação e limpeza da Serra da Achada e em toda a área limítrofe das vias rodoviárias, em particular nas freguesias de Fratel e Sarnadas de Ródão, por estas se encontrarem classificadas como estando em risco máximo de incêndio. Quanto à questão colocada pelo membro Ricardo Morgado, disse que era óbvio que o Rio Tejo tinha um enorme

potencial e o Município tem sabido aproveitá-lo e apostado na valorização desta ligação ao Rio, dando como exemplo da elevada afluência de visitantes para efetuarem passeios de barco. Aproveitou também para informar da realização do Festival das Sopas de Peixe nos próximos dias sete e oito de setembro e em paralelo com este evento, a realização de uma prova do Campeonato Europeu de Motonáutica, salientando a importância que era para esta Vila e para o concelho a realização de uma atividade com esta envergadura.

----Em seguida aproveitou para apresentar um pequeno filme que tinha como tema a sensibilização para as alterações climáticas que era um tema em que a Autarquia tinha apostado, salientando que o realizador do mesmo era natural deste concelho e que há cerca de um ano escolhera esta Vila para sedear a sua empresa. Este vídeo será difundido nos canais habituais e também nos campos de férias e nas escolas. ----------

----O membro Carlos Gonçalves começou por elogiar a iniciativa de fazer chegar este vídeo às escolas, frisando a importância que hoje a ecologia tinha para os cidadãos mais urbanos, referindo que este ano o tema da iniciativa do Parlamento Jovem do Ensino Básico fora os oceanos, salientando uma intervenção de uma jovem deputada que disse que não tínhamos um planeta B e isso era uma realidade. Mais disse que um dos problemas é que hoje havia um discurso muito virado para a ecologia, mas o facto é que os produtos biológicos tinham um valor de venda cada vez maior e todos eles estavam embalados em plástico, para salvaguarda dos mesmos, acabando por poluir mais do que os outros. Era evidente que nestes territórios as pessoas tinham uma ligação à terra diferente daquelas que viviam nas grandes cidades e que eram os que mais potenciavam os problemas de poluição, mas esta era uma medida estratégica que no plano

nacional teria que acontecer, sobretudo junto dos mais jovens para que entendessem a importância do campo que, eventualmente, será o futuro do nosso país.----------

---- O membro Luis Andrade, em complemento à intervenção do membro Carlos Gonçalves, acrescentou que, infelizmente, o conceito de agricultura biológica que existia hoje em dia estava marcada por duas entidades que restringiam a produção, porque em muitas hortas deste país o que mais se produzia era agricultura biológica, mas os pequenos produtores não conseguiam vender os seus produtos como tal. ----------

---- *5-Outros assuntos de interesse para o Município;*----------

---- O membro Fernando Roma deu conhecimento de que, no seguimento das obras de beneficiação feitas em Sarnadas de Ródão, havia mais um casal alemão a residir nesta localidade.----------

---- A Secretária da Junta de Freguesia de Fratel, Célia Ribeiro, em nome desta Junta, deixou uma palavra de reconhecimento ao Executivo pelas obras de remodelação dos espaços ajardinados das Piscinas Municipais de Fratel, salientando também as obras que estavam em fase de execução, nomeadamente, o subsistema de águas residuais, a rede de saneamento e ETAR da Silveira, a beneficiação do Caminho Municipal de acesso à Riscada e ainda uma obra que se encontra em fase de concurso, a beneficiação do Caminho Agrícola que liga o Perdigão a Vilas Ruivas.----------

---- O membro Luis Andrade referiu o êxito da realização de uma caminhada histórica sobre o paleolítico, organizado pelo Centro Desportivo Recreativo e Cultural de Vila Velha de Ródão, com a colaboração do Município, com representações históricas na Foz do Enxarrique e no Largo do Pelourinho, pensando que este tipo de atividades deveriam ser repetidas.----------

----*6- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento;* ----------

----O Sr. Domingos Alves Boleto, residente em Fratel, em nome da comissão organizadora do 4º Encontro de Marinheiros do Concelho, deixou uma palavra de agradecimento à Autarquia e às quatro Juntas de Freguesia pelo apoio dado na realização deste encontro, que foi um êxito e que muito agradou aos participantes. ----------

----A Srª Maria Raquel, residente em Monte Fidalgo, referiu a dificuldade que havia com as telecomunicações nacionais naquela localidade, pois só se apanhava a rede espanhola, podendo inclusive ser fator da não fixação de gente nova nesta zona. Uma vez que dizem que havia incentivos da União Europeia para a colocação da rede de fibra ótica em quase todo o território nacional, gostaria de saber para quando estava prevista a colocação da fibra em Monte Fidalgo. ----------

----A Srª Maria de Fátima Pinheiro, residente em Monte Fidalgo, referiu que, há cerca de quatro meses, tinha tido uma inundação na sua residência e que nessa mesma data tinha enviado uma carta, com aviso de receção, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a explicar o sucedido mas, até á data, ainda ninguém da Autarquia se tinha deslocada ao local para averiguar a situação, nem tinha obtido qualquer resposta a essa carta e como tal gostaria de ser informada sobre este assunto. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara começou por cumprimentar o público presente e referindo-se à primeira intervenção disse que era com grande satisfação que a Autarquia apoiava iniciativas desta natureza, muito em particular a que foi referida, realizada por pessoas que num dado momento da sua vida foram chamadas a defender a sua pátria e também se aproveitava para divulgar o concelho. ----

---- Quanto ao problema das telecomunicações, disse que tem vindo a insistir junto das várias operadoras para fazerem investimentos com vista a suprir estes problemas, mas apesar da Autarquia se disponibilizar para fazer algum investimento, estas, até à data, não tinham demostrado grande apetência para o fazer. Entretanto já houve um investidor que iniciou a colocação da rede de fibra ótica numa linha que vai desde a Foz do Cobrão, passando por Vila Velha de Ródão e até Serrasqueira. No entanto já manifestara a preocupação com a freguesia de Perais e estavam neste momento a ser estudadas alternativas para se resolver esta questão, mas no caso da localidade de Perais e em relação às comunicações móveis, a Câmara Municipal disponibilizou espaço e colaborou com as operadoras para a instalação das antenas. No caso especifico de Monte Fidalgo, existia um problema de geografia do terreno e da maior potência da rede espanhola, mas com o aparecimento de novas tecnologias, esperava que este problema seja resolvido e o Executivo tudo fará para que assim seja.----------

---- Quanto ao problema de inundação na residência da Srª Maria de Fátima Pinheiro, disse que tinha tido oportunidade de falar com esta no dia do acontecimento, referindo que esta era uma situação que não correspondia de todo ao que era o nível de serviço que o Município deveria prestar aos cidadãos. Percebendo isso e depois de receber a sua reclamação, foi esta encaminhada para os serviços, tendo sido feita uma primeira análise pelas chefias respetivas, estando neste momento nos serviços jurídicos da Câmara Municipal para investigação. Na realidade havia aqui um prazo demasiado dilatado em que já deveria ter sido dado resposta, o que não acontecera. Acrescento que este problema iria ser resolvido de uma forma imparcial, justa e dando resposta àquilo que devem ser os

padrões de serviço de uma Câmara Municipal aos seus cidadãos. -----

----A Srª Maria de Fátima Pinheiro respondeu que queria um tratamento justo, imparcial e correto, mas o que a tinha chocado era o facto de que depois desta ocorrência, nenhum responsável pelos serviços se tivesse deslocado à sua casa para se inteirar da situação. Achava indecente estar até à data sem uma resposta e ninguém merecia isso. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que a Autarquia tinha implementado há já algum tempo um serviço de receção e registo de ocorrências e reclamações onde era listado todo o processo desde a sua receção até à sua conclusão, sendo desde logo dada informação ao participante do andamento do mesmo. No seu caso em concreto houve essa falha, mas, como já tinha dito, este era um caso que estava a ser analisado, lamentado desde já esse facto e frisando que se iriam apurar responsabilidades, tendo em vista evitar que situações destas se repetissem. ----------

----A Srª Maria de Fátima Pinheiro disse que a resposta que o Sr. Presidente da Câmara Municipal lhe estava agora a dar só a conseguira porque se tinha deslocado a esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que só se tinha deslocado hoje aqui porque assim o quis, porque poderia tê-lo feito através de telefone, correio eletrónico ou até presencialmente, pois estava sempre disponível para falar com as pessoas. ----------

---- O Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que esta munícipe tinha feito muito bem em ter estado nesta sessão e exposto o seu problema, pois aqui era o sítio certo para estas intervenções. ----------

----Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da

Assembleia Municipal deu por terminada a presente sessão, pelas vinte e duas horas e trinta minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.----------

Bernardo Maria Dias Dias

Paula Cristina Ribeiro Gonçalves

Vila Velha de Ródão tem de facto uma localização estratégica, continuemos a aproveitá-la!

"Sem emprego as pessoas não se fixam no interior, não vale a pena ter ilusões".

A frase é do Secretário de Estado de Valorização do Interior, no passado dia 14 de junho, no 1º Fórum Empresarial da Beira Baixa.

Quem cria, fixa e investe são os empresários.

Mas peça chave para a concretização dos investimentos, são as autarquias.

E aqui, em Vila Velha de Ródão, com a liderança do Partido Socialista, na pessoa do Sr. Presidente, Dr. Luís Pereira, temos estado bem.

Só assim tem sido possível tirar dividendos, com diálogo construtivo e que todos corroboramos.

Vejamos:

1. Os atuais investimentos, não só em novas e modernas unidades industriais, mas também na melhoria do desempenho ambiental, no tão insistentemente "cluster do papel", tão só foram possíveis porque existiu colaboração / diálogo responsável com a Câmara Municipal. Caso contrário, nem assim!

   De uma vez por todas, aqui, não há atos de loucura ou irresponsabilidade. Se há investimentos com base em projetos sérios, modernos e ambientalmente sustentáveis, não temos nem devemos dizer "NÃO!" Mais! A sua aprovação foi unânine.

Não nos esqueçamos que o concelho de Vila Velha de Ródão, sozinho, vale aproximadamente 3% das exportações nacionais, acima dos 1,3 mil milhões de euros / ano.

2. O Governo português já aprovou um investimento de 50 milhões de euros para construir o tão desejado IC31, que ligará a A23 à fronteira com Espanha, nas Termas de Monfortinho.

   Com o presumível aumento de tráfego entre os dois Países, destacamos o turismo como um dos pilares que continuaremos a incrementar.

   Distração é palavra que só poderá ser usada para esses mesmos, os mais distraídos.

   Tentando cativar, cada vez mais, os que nos visitam, o Posto de Turismo mudou de instalações e funciona, desde o final de abril, no Parque de Campismo Rural do Tejo. A mudança de espaço visa uma maior aproximação das zonas onde se regista um maior fluxo de visitantes, de forma a que estes tenham um acesso mais facilitado às informações sobre os pontos de interesse turístico do concelho.

   À nossa escala, temos aumentado o n.º dos que nos visitam e o n.º de dormidas.

   Uma última nota para a aprovação do mais recente investimento no montante de 2.2 milhões de euros para as Reservas da Biosfera. No passado dia 14 maio foi assinado uma rede de cooperação, no sentido de promover esses territórios, enquanto espaços vivos de sustentabilidade. Uma das reservas, membro fundador, é a do Tejo Internacional. Sendo internacional, fica o destaque para a elaboração de um plano de comunicação e de marketing para a sua divulgação.

3. Temos de facto novos projetos no setor agrícola. Felizmente, não temos ainda de nos preocupar de forma séria com o consumo abusivo de água. Destacamos, claro está, o regadio público do Açafal e da Coutada / Tamujais.

   Mas não nos façam recordar a história do "ambientalista simplório". Quer florestas, mas quer escolher as árvores. Não quer eucaliptos, não quer floresta de produção. Vocifera contra agricultura intensiva, mas esquece-se que a agricultura biológica precisa de mais espaço, mais desflorestação.

   Calma! Estamos atentos, muito atentos!

4. Não temos motivos para exigir quaisquer tipos de "pressões autárquicas" junto da Comunidade Intermunicipal. Ou já nos esquecemos que o nosso atual Presidente, é o atual Presidente da CIMBB?

   Ao nível do sistema de incentivos do PT 2020, com regime de bonificações para as candidaturas oriundas de territórios do interior, temos, nos concelhos do distrito de Castelo Branco, 207 projetos aprovados, que representam um investimento de mais de 180 milhões de euros, dos quais mais de 108 milhões de incentivo público.

5. Quanto à barragem do Alvito sabemos que tem tido vários avanços e recuos ao longo do tempo. Todavia, como a esperança é a última a morrer, mais do que o aproveitamento hidrelétrico, o projeto volta a fazer sentido, como parte integrante de uma reserva estratégica de

água, ou seja, na regulação dos tão badalados caudais que Espanha tem sabido controlar, do modo que melhor lhe convém. É mais um estudo é certo, com nova vertente e não uma "pedra" definitiva. Mantemos a total confiança e esperanças redobradas. O atual Governo, liderado pelo Partido Socialista, ainda não colocou uma pedra definitiva sobre o assunto. Se há sentimento que nos tem acompanhado ao longo deste tempo tem sido paciência infinita.

6. Ficou uma mais vez mais explanado que as preocupações principais do concelho de Vila Velha de Ródão, nomeadamente no plano ambiental – qualidade do ar, estão totalmente identificadas por todos e todos sabemos qual o caminho. Tanto é, que o atual executivo, decidiu avançar para a via judicial, contra um comprovado prevaricador;

Mas temos mais. Temos um património natural de rara beleza. Um programa cultural que cada vez mais se afirma no panorama regional e nacional. Alojamentos que querem ser uma referência para quem nos visita. Gastronomia de produtos endógenos elogiados por todos.

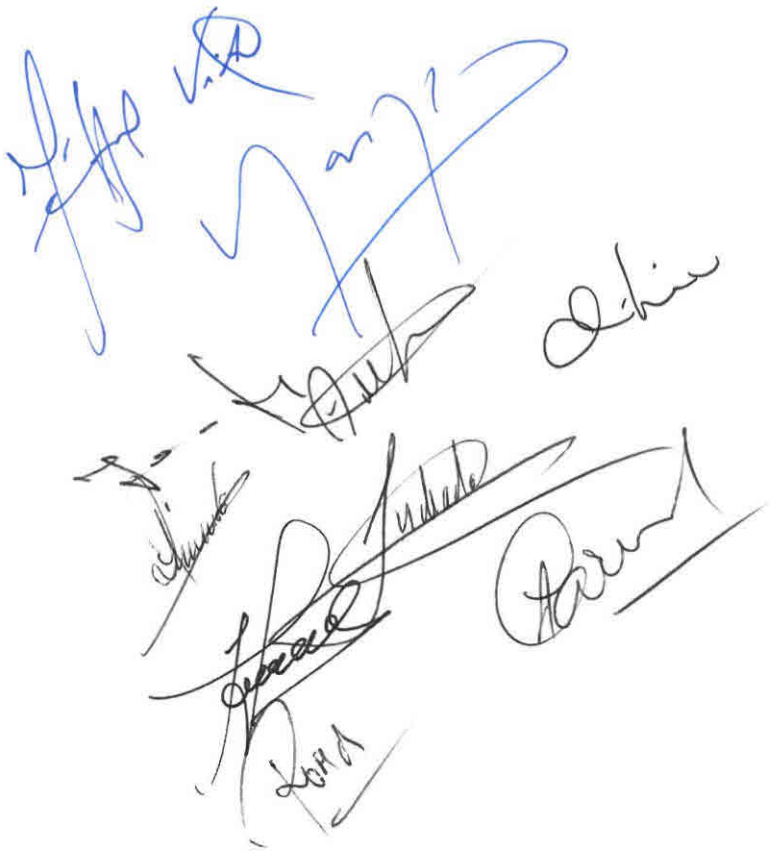
Mas não ficamos por aqui.

E congratulamo-nos pela escolha do mais recente tema para a Feira dos Sabores do Tejo – "SUSTENTABILIDADE".

Ousadia e inteligência no tema, dando seguimento ao sucesso do programa de consciencialização junto da população, acerca da problemática das alterações climáticas.

Destacamos e felicitamos a reutilização dos copos de plástico.

Certamente medidas que irão ser do agrado de todos.

Aproveitamos esta corrente, em nome da Bancada do Partido Socialista, para deixar o desafio do Município ou mesmo as Freguesias, de serem entidades ECOXXI, um programa de educação para a sustentabilidade, implementado em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa, destinado fundamentalmente a decisores dos municípios e / ou freguesias. A candidatura ao programa reconhece a existência de boas práticas sendo uma ferramenta útil à gestão municipal, contribuindo para a monitorização e aferição de ações e políticas em diversas áreas da sustentabilidade.

Temos emprego, temos cada vez mais habitação, continuemos a dar outro "perfume" tendo em vista a fixação de pessoas e que digam "é bom viver aqui"!